

Dourados – MS, 03 de Setembro de 2022

## Prezados Candidatos

A Associação dos Docentes da Universidade Federal da Grande Dourados, vem através de seu representante professor Alexandre Bergamin Vieira, apresentar as pautas da categoria docente aos candidatos a parlamentares do Estado de Mato Grosso do Sul, pautas essas que vem sendo construídas a partir de debates gerados no Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (FONASEFE) além, é claro, dos princípios básicos do direito à educação pública de qualidade, pauta inalienável do ANDES-Sindicato Nacional.

Enfrentamos períodos de ataque à educação, o orçamento atual vem sofrendo um desfinanciamento a ponto de ser equivalente aos orçamentos de 10 anos atrás, dessa forma a qualidade e até mesmo o funcionamento das IES fica comprometido. Queremos garantir à manutenção e ampliação do ensino público e gratuito, com dotação de recursos públicos suficientes para o ensino, pesquisa e extensão nas universidades. Preservar a autonomia e funcionamento democrático das universidades e demais instituições, com garantias do direito à liberdade de pensamento nas contratações e nomeações, bem como no exercício das funções e atividades acadêmicas. Estabelecer um padrão de qualidade para o ensino superior que estimule a pesquisa e a criação intelectual crítica nas faculdades.

Incluir o funcionalismo no orçamento de 2023 é urgente! Apesar de a recomposição salarial ser prevista na Constituição Federal, não acontece na prática, para a maioria dos servidores a pelo menos 6 anos. O governo atual

além de não conceder nenhum reajuste e vem ignorando os pedidos de negociação.

Precisamos de parlamentares que olhem para a melhoria da sociedade garantindo um bom funcionamento da máquina pública e por consequência melhoria da Sociedade Brasileira. A da Lei Orçamentária Anual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias estão no centro do debate, nossa reivindicação é que o Congresso trabalhe para garantir no orçamento a recomposição inflacionária daqueles que garantem os serviços públicos para toda sociedade. Ressaltamos que a Lei de Responsabilidade Fiscal prevê margem para reajuste do Funcionalismo, é preciso que o Congresso altere a lógica da manobra orçamentária a fim de garantir ao povo seus direitos básicos e não utilizar todo o superávit do tesouro em pagamentos da dívida pública.

Antecipadamente agradecemos e contamos com vosso apoio



Alexandre Bergamin Vieira

Presidente da AdufDourados